

35° Encontro Anual da ANPOCS

Grupo de Trabalho 18: Marxismo e Ciências Sociais

Coordenadores: Luiz Eduardo Pereira da Motta (UFRJ)

Marcos Del Roio (UNICAMP)

**Marxismo e Ciências Sociais Brasileiras: Nelson Werneck
Sodré**

AUTOR: Alex Vasconcelos¹

¹ Alex Vasconcelos é mestrando em História Política da UERJ. alexconceicao2004@gmail.com

Introdução

Este *paper*, que será apresentado em forma de painel no 35º Encontro Nacional da ANPOCS, tem por objetivo analisar a importância de Nelson Werneck Sodré em seu centenário, para as ciências sociais brasileiras, como um dos expoentes da utiliza o do marxismo para a interpreta o do Brasil, desenvolvendo assim uma obra notadamente crítica acerca da realidade brasileira, analisando o longo processo de forma o da sociedade e da economia brasileira, demonstrando as conseq ncias históricas e sociais da estrutura edificada, baseada na grande propriedade, e da sua aliança com a alta burguesia, que privilegia o mercado externo, da qual se beneficia, em detrimento do mercado interno².

Quando estamos a falar da conjuntura interna, ou das camadas da popula o que dependem do mercado interno, na qual são prejudicadas pelo predomínio das elites que privilegiam o mercado externo, através da edifica o de uma economia voltada para a exporta o, sobretudo de bens primários, importando assim bens industriais e manufaturados, através da edifica o de um sistema de câmbio que privilegia a desvaloriza o da moeda, facilitando assim a exporta o do setor agrário, juntamente com uma política de facilita o de importa o, transformando o Brasil num mercado consumidor de artigos industrializados importados.

A camada da popula o que dependem do mercado interno   a classe média, que na estrutura econômica ocupa o papel de pequena burguesia, assim sendo uma classe que se dedica a pequenos e médios empreendimentos, que em grande parte são dependentes de ajuda para a sua viabilidade, em forma de créditos monetários, obtidos junto ao Estado e ao setor bancário. Porém, com a orienta o econômica voltada para a exporta o, e também para a obten o de empréstimos nas “casas bancárias” estrangeiras, para o financiamento da

² Para Sodré, “na mesma medida em que [as elites agrárias] perdia sua própria forca [devido a industrializa o], recebia uma ajuda importante do setor da burguesia vinculado ao comércio exterior. Pela fun o que o comercio exterior exerce, quem o controla adquire o controle do pais”. In: SODRE, N. W. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. In: MUNTEAL, O. (Org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de na o*. Rio de Janeiro: PUC-RIO/Contraponto, 2006. p. 106.

empresa latifundiária, os créditos financeiros da qual a pequena burguesia necessita acabam sendo concedidas não somente aos latifundiários, como também as grandes empresas estrangeiras que se instalam no Brasil.

Com isso, acaba inviabilizando a formação de um mercado interno sólido, oriundo do amadurecimento das empresas locais, fruto da iniciativa da pequena burguesia auxiliada pelo Estado, em prol da formação de um mercado dominado por empresas estrangeiras que, drenam o lucro obtido no mercado brasileiro, para as suas matrizes localizadas em outros países, abalando a economia brasileira, assim ficando mais dependente de empréstimos estrangeiros, construindo assim um círculo vicioso³.

Nesse ínterim, percebe-se que há um choque entre forças que privilegiam o desenvolvimento brasileiro através da associação com o estrangeiro, através de ajuda econômica, da adoção do pensamento hegemônico, na qual algumas classes sociais se beneficiam, em que para Sodré, eram “sinais visíveis de uma busca assemelhar-se a européia”⁴. Assim como também há classes da sociedade que lutaram pelo desenvolvimento econômico e social brasileiro independente do capital estrangeiro, cujo objetivo era a edificação da nação brasileira⁵, que representaria a edificação da comunidade brasileira, de caráter multiétnico, de origens diversas, preservando os seus regionalismos, as suas diversidades; o objetivo era propiciar a construção da nação brasileira através do desenvolvimento industrial, como forma de mudar o *status quo* colonial, aparelhava à economia brasileira a economia internacional, alienando assim a soberania nacional.

³ SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. 9ª Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.p. 266.

⁴ Essa ânsia em se identificar com a Europa, fez com que as elites adotassem o pensamento eurocêntrico, como padrão, buscando alcançar o que o pensamento europeu conceitua por civilização, classificando as classes subalternas, no caso o negro e o índio de barbárie. Essa dialética Civilização/Barbárie é fundamental para compreender o pensamento conservador na América Latina, na qual o grande expoente fora Sarmiento, com a sua obra intitulada *Facundo: civilização ou barbárie*. No caso Brasileiro, é fundamental analisar Sérgio Buarque de Holanda, que em sua obra analisou o hibridismo existente na sociedade brasileira, que é formada pelo colono, que é híbrido, porém se identifica com o colonizador (civilizado), além do colonizado (o negro e o índio), que é execrado por ser tido como bárbaro

⁵ No caso, optaremos por definir singelamente o conceito de nação como sendo uma comunidade, que habitam um determinado espaço geográfico, que unidos por laços de fraternidade, formam uma sociedade, formando assim uma consciência, ou espírito nacional, manifestando-se nos hábitos, nas tradições, no caso, na cultura, tal como foi desenvolvida na Europa Moderna.

Sodré defendeu juntamente com outros intelectuais denominados “progressistas”, o desenvolvimento da indústria nacional, além das reformas sociais, como método para o desenvolvimento brasileiro tendo como mote as classes populares, em outras palavras, o desenvolvimento brasileiro de dentro para fora, desenvolver o mercado interno, desenvolver a economia nacional de maneira independente, que refletiria no desenvolvimento da sociedade brasileira, cujo objetivo era edificar um projeto de nação para o Brasil, fundamentado no nacional-desenvolvimentismo, destruindo assim a ordem colonial, o Brasil das elites associadas com o imperialismo, em prol do desenvolvimento do Brasil novo, na qual predominaria o povo⁶.

Com isso chegamos ao grande dilema não só enfrentado pelo Sodré, como por toda a geração de intelectuais a qual pertenceu: a dialética entre o Brasil velho e o Brasil novo; em outros termos, o choque entre o velho (a Tradição) e o novo (a Modernidade).

O nosso *paper* para este evento analisara essa dialética, tendo como referencia a utilização do marxismo, por Sodré, para a superação desta velha ordem, em prol do novo; para isso dividiremos o nosso trabalho em breves tópicos, na qual analisaremos o pensamento de Sodré, tendo como enfoque a utilização do marxismo para a interpretação do Brasil; o viés teórico adotado por Sodré – o marxismo nacionalista; o Brasil de Sodré – Modernidade vs. Tradição; e por fim as polemicas existentes em relação a Sodré – a crítica sofrida por não ter se utilizado da metodologia acadêmica em sua obra.

Marxismo para a interpretação do Brasil

Sodré, em sua obra, utilizou-se do materialismo histórico para analisar a longa-duracao da formação histórica do Brasil, cujo objetivo era utilizar-se da historia a maneira de Walter Benjamin, como uma relação entre o presente e o passado, na qual temos que entender o passado para que possamos

⁶ Para Sodré, “o povo brasileiro (...), compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e media burguesia conhecida como burguesia nacional”. In: SODRE, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 401.

compreender o presente. Em suma, Sodré compreendeu a história como um processo, e no caso brasileiro, como um processo iniciado desde os tempos coloniais, transpassando o Império, cujas conseqüências se faziam sentir na República.

Na obra de Sodré, observa-se que a história política brasileira tem três grandes fases: Colônia, Império e República. Porém, analisando a sua obra, percebe-se que a história social brasileira possui apenas duas fases: o Brasil Velho (Colônia, Império e República Velha), e o Brasil Novo (A Revolução Brasileira). Neste tópico analisaremos como o marxismo foi utilizado por Sodré para justificar essa divisão, ou melhor, esse choque entre o Velho e o Novo, entre a Tradição e a Modernidade, e como essa dialética permitiu que Sodré realizasse um intenso diálogo entre a história e as ciências sociais, permitindo que ele fizesse uma intersecção entre estas duas áreas do conhecimento, conforme podemos observar na primeira grande publicação de Sodré, intitulada *Historia da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* (1938), na qual contestou o critério normativo que havia na história da literatura, que a transformava em uma vasta coleção de nomes de escritores. Analisando os movimentos literários sem mencionar os nomes dos autores das obras literárias. Tratou de observar os fenômenos culturais em conexão com “os processos de produção” reconhecidos como “influenciadores de todos os rumos sociais, de todas as características de um povo, que a manifestação literária não é nada mais do que uma sensível exteriorização”⁷.

Com isso, fica evidente que Sodré, ao contrapor ao caráter normativo da história da literatura estava em maior grau, contrapondo ao caráter normativo da metodologia historiográfica predominante no século XIX, na qual predominava a intersecção entre a história e a literatura, e na metodologia de pesquisa histórica predominava o estudo de períodos históricos tendo por referência os protagonistas, por exemplo, estudar a história da Revolução Francesa tendo por referência a figura de Napoleão Bonaparte, ou então, estudar a história do Brasil

⁷ KONDER, L. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. p. 75

Império tendo por referência a figura dos imperadores, assim como também estudar a história da literatura tendo por referência os escritores⁸.

Ao contrapor essa concepção de história, Sodré tinha por objetivo analisar a história como um processo de “massas”, da vida das coletividades, na qual o protagonista é a sociedade, e não os atores sociais, para isso era necessário analisar as conjunturas, ou melhor, as estruturas políticas, econômicas e sociais desta sociedade, para evitar que houvesse a redução da história a uma só pessoa, tal como ocorria entre os historiadores do século XIX. A metodologia marxista, ao colocar a sociedade como protagonista da história, expõe as suas contradições, o choque existente entre as classes sociais, levando a um antagonismo, que na maioria das vezes é insuperável, na qual os choques entre essas classes acabam por ocasionar grandes acontecimentos na história, como a Revolução Francesa, na qual a ascendente burguesia acabou tomando o poder da decadente nobreza.

Com a ascensão da burguesia no poder na Europa dos oitocentos, revelou-se uma nova contradição social: o choque entre a classe burguesa, a nova classe hegemônica; e o proletariado, a classe explorada pela nova ordem liberal, constituindo-se assim como uma nova classe contra-hegemônica, configurando assim uma nova tensão social na Europa dos oitocentos, refletindo nas ciências humanas, com a edificação de uma nova corrente teórica: o socialismo, na qual teve duas fases, na primeira predominou uma corrente que veio a ser reconhecida como utópica, por defender que o socialismo viria como uma evolução natural do liberalismo, sendo assim promovida pela “burguesia esclarecida”. Essa corrente do socialismo teve como expoentes pensadores como Fourier e Owen.

Na segunda fase, houve uma notável mudança no pensamento socialista, com o advento de uma nova concepção teórica, na qual pensadores defendiam que o socialismo não viria através da iniciativa da burguesia, e sim através da iniciativa da classe social excluída desta nova ordem, duramente reprimida e explorada pelo novo hegemón, a classe operária, denominada proletariado. Os

⁸ Esse método historiográfico foi desenvolvido por Voltaire, que em sua obra intitulada O século de Luís XIV, analisa toda uma conjuntura tendo por referência a figura do Rei Sol, desprezando a sociedade francesa, a coletividade, reduzindo assim, a história a uma só pessoa.

grandes expoentes teóricos desta nova concepção do pensamento socialista, Karl Marx e Friedrich Engels acreditavam que a ordem liberal era estruturada na exploração da força de trabalho do proletariado, na qual o fruto dessa exploração era a chamada mais-valia, que proporcionava o enriquecimento exponencial da burguesia, ou seja, a base da acumulo de riquezas da burguesia era o lucro, que era fundamentado na exploração do proletariado, na qual trabalhava muito mais do que recebia pela sua força de trabalho dispensada nos meios de produção, constituindo-se assim, uma alienação.

Marx e Engels acreditavam que essa contradição existente entre a burguesia e o proletariado só seria superado se esta última classe se conscientizasse de sua dura condição sócio-econômica, e fizesse a revolução, instaurando assim uma nova ordem, tal como fizera a burguesia ao derrubar a nobreza. A metodologia utilizada por Marx e Engels foi denominada Lógica Dialética⁹, em que, sinteticamente, demonstra o que vem a ser chamada uma tese, posta em choque com o que vem a ser chamada uma antítese, na qual o resultado do choque entre ambos origina uma síntese. No pensamento de Marx temos uma tese, o que vem a ser a ordem burguesa, que é antagônica a classe proletária, em ao conscientizar-se de sua condição passa a contestar a burguesia, até perceber que para superá-la, somente através de uma revolução tem-se a dissolução da ordem burguesa em prol da ordem proletária, tendo-se assim a síntese.

Esmiuçando melhor essa formulação dialética de Marx, a burguesia ao explorar o proletariado, edifica uma estrutura, o que vem a ser os meios de produção, onde ela obtêm a mais-valia alienando o proletariado, quando este se conscientiza e percebe que esta sendo alienado e passa a reivindicar os seus direitos, a burguesia utiliza-se de uma fator que garante o pleno funcionamento

⁹ A lógica dialética criada por Zenão de Eléia ressurgiu com Hegel, no choque entre o Senhor e o Escravo, na qual para Hegel este último ao tomar conhecimento de sua situação, o que Hegel chama de consciência-de-si, entra em confronto com o senhor, em prol de sua superação de Escravo, porém o pensamento de Hegel se limitou ao transcendental, já que a tomada de consciência-de-si é um processo espiritual, enquanto que para Marx a tomada de consciência do escravo e no tocante a sua situação sócio-econômica, partindo para o enfrentamento com o senhor, com o objetivo de transformar a realidade em que esta vivendo. Por isso que, enquanto que a lógica dialética hegeliana e transcendental, a lógica dialética marxista e materialista.

da estrutura, o aparelho estatal¹⁰, ou melhor, a superestrutura, cuja essência e a coerção da classe proletária, edificada para garantir a segurança das classes hegemônicas. Com isso podemos observar que o aparelho estatal para Marx constituía-se em um instrumento a serviço da classe hegemônica.

Na Europa, o socialismo teorizado por Marx e Engels, denominado por eles de socialismo científico, sendo reconhecidos como comunistas, teve grande penetração nos círculos intelectuais e sociais no final dos oitocentos, culminando na organização da Primeira Internacional Comunista, que reuniu lideranças proletárias da Europa em um congresso na Alemanha, na qual serviu para a estruturação dos partidos socialistas europeus, especialmente o alemão (SDP), além da formulação das diretrizes estratégicas para o enfrentamento de classes. Nas décadas finais do século XIX, as idéias de Marx e Engels, tiveram uma enorme disseminação, cujas conseqüências, ainda no final do século XIX, resultaram no fortalecimento dos partidos socialistas, em especial o alemão, que nas eleições de 1890 elegeram pela primeira vez uma bancada no parlamento alemão, constituindo-se no principal partido de oposição no Império alemão. No início do século XX, o marxismo já estava bem consolidado na Europa, disseminando-se cada vez mais para regiões periféricas do continente, como a Rússia czarista, que veio a ser o grande palco da primeira revolução da história baseada nas idéias marxistas, servindo de inspiração não somente para os marxistas europeus, como para a disseminação do marxismo para fora do cenário europeu, ganhando novos contornos, como na América Latina, em especial o Brasil, influenciando gerações de intelectuais, dentre os quais Nelson Werneck Sodré.

Na América Latina, em especial o Brasil, antes da chegada do marxismo, o movimento anarquista tinha grandes adeptos, dinamizando os movimentos sociais daquela época, como as greves. O marxismo chegou ao Brasil nos primeiros decênios do século XX, encontrando grande vigor nas greves da década de 1920, que inspirou a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, que em seus primeiros anos esteve sob liderança de Octávio Brandão,

¹⁰ Para Marx, o aparelho estatal, especificamente a policia tem, a grosso modo, como grande finalidade a repressão da classe proletária, quando esta passa a contestar a ordem liberal, mantendo assim a inviolabilidade do “pacto de segurança” através da coerção social, mantendo assim a segurança da classe hegemônica.

que juntamente com uma pequena missão, fora enviada a recém-fundada União Soviética para um curso de marxismo-leninismo.

Nos seus primeiros anos de vida, o PCB este bastante influenciado pelo Partido Comunista Soviético, que influenciara a grande maioria dos partidos comunistas que estavam surgindo ao redor do mundo, porém, o marxismo, como teoria política, fora utilizada por intelectuais, na América Latina, como forma teórica para denunciar as conseqüências do processo colonizador perpetrado pelas metrópoles ibéricas, nas esferas política, social e econômica, portanto, o marxismo foi utilizado como ferramenta teórica para a interpretação da condição da América Latina, no que tange ao papel que ocupa no “sistema-mundo”¹¹, assim como também a contradição social existente na sociedade latino-americana.

No Brasil, precisamente na década de 1930, Caio Prado Junior foi pioneiro na utilização do viés marxista na historiografia brasileira, em sua obra intitulada *Formação do Brasil Contemporâneo*, na qual analisou o Brasil colonial utilizando-se da concepção materialista da história, demonstrando a dialética entre a colônia e a metrópole, fundamentando assim o “sistema colonial” mercantilista, cuja empresa foi essencial para a formação do sistema-mundo, na qual a colônia, segundo a famosa expressão de Pombal, é a “vaca de leite” da nação metropolitana.

Caio Prado Júnior ao utilizar-se do marxismo para interpretar o Brasil, tentou adaptá-lo as nuances de seu pensamento, que estava a ser bastante influenciado tanto pela mudança da conjuntura brasileira, na qual houvera a derrocada da República Velha e diametralmente, a ascensão de uma nova classe patronal ao poder, a burguesia industrial, tentou adaptar o marxismo a “modismos”¹² intelectuais, defendendo que desde a colonização o Brasil

¹¹ Temos por sistema-mundo a divisão internacional do Trabalho entre o norte e o sul, na qual o norte e composta, em sua maioria pelas nações colonizadoras, e o sul pelos países colonizados. Essa divisão mundial foi elaborada pioneiramente por Adam Smith, na *Riqueza das nações*. Atualmente, a grande referencia teórica da teoria do sistema-mundo e Immanuel Wallerstein, em sua obra intitulada *O moderno sistema mundo*.

¹² Segundo João Quartim de Moraes, Prado Jr. equivocou-se, “no ponto de vista do marxismo, ao confundir o caráter mercantil da produção para a troca, com o caráter capitalista das relações de produção, que se baseiam no intercambio do trabalho vivo com o salário. In: MORAES, J. Q. *Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático*. SILVA, M. (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC, 2001.

encontrava-se inserido no sistema internacional do capitalismo, como peça e parte de um sistema mercantil internacional. No caso, como pode haver o modo de produção capitalista no Brasil em meio à escravidão colonial?¹³

Sodré, assim como Caio Prado Junior, utilizou-se do marxismo para analisar o Brasil, em sua obra procurou evitar, ao contrário de Caio Prado Jr., cair em modismos intelectuais, notabilizando-se pela utilização da concepção marxista de maneira ortodoxa, resultando assim, em sua obra, uma análise profunda da história social, política e econômica do Brasil, tendo como referência os antagonismos existentes entre as classes patronais, oriundas do latifúndio, grande beneficiária da colonização brasileira, assim associando-se ao colonizador português desde os primórdios da colonização, as capitânicas hereditárias, segundo Sodré, era uma concessão para a nobreza feudal lusitana, na qual somente estes teriam condições de manter essa empresa extremamente onerosa, que era a colonização do Brasil, constituindo-se como a grande classe mandatária do Brasil colonial, moldando os destinos da colônia, Sodré demonstrou que enquanto as elites latifundiárias lucravam com a produção, as elites metropolitanas lucravam com a comercialização destas¹⁴. Porém, durante os setecentos, quando a Coroa, influenciada por uma série de fatores, dentre os quais, o advento da mineração, a crise do açúcar, além de uma série de acordos diplomáticos realizados, dentre os quais o Tratado de Methuen¹⁵, acabou levando Portugal a uma imensa crise financeira, na qual, Marques de Pombal, para solucioná-la baixou uma série de leis mudando as relações metrôpole-colônia, que em muito prejudicou a elite latifundiária do já decadente Nordeste, além de arrochar os mineiros, que estavam a formar um embrião de classe média no Brasil Colonial.

¹³ Para João Quartim de Moraes, ao confundir o modo de produção capitalista, com a mercantil, baseada na escravidão, Caio Prado Jr. “privou-se da possibilidade de explicar a desigualdade de desenvolvimento entre os países que permaneceram sob o jugo colonial (baseados no mercantilismo escravocrata) e os que dele se emanciparam (alcançando o modo de produção capitalista). In: MORAES, J. Q. Op. Cit. p. 29.

¹⁴ SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 86.

¹⁵ Sodré, em livro intitulado *Tratado de Methuen* analisa as consequências econômicas e políticas para a economia lusitana, e conseqüentemente, para a brasileira, deste acordo bilateral realizado entre Portugal e Inglaterra em 1707, o famoso tratado dos “panos e vinhos”.

Tudo isso acabou por gerar uma crise no antigo sistema colonial, que acabou por gerar dois episódios: o primeiro foi à vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, por dois motivos: o primeiro foi para fugir das tropas de Napoleão; o segundo a manutenção da Colônia, evitando assim uma possível independência, pois com a presença da Família Real, a Colônia foi elevada a status de Reino Unido com Portugal, portanto, a presença Real fez que o Brasil deixasse de ser colônia para ser a sede do reino. O segundo episódio foi em consequência do primeiro, com a vinda da Família Real, as elites coloniais acabaram por se transformar em corte real, com essa súbita mudança, houve eliminação da figura do “sócio incomodo”¹⁶, através do Decreto Real de Abertura dos Portos as Nações Amigas, em 1810, permitindo as elites comerciarem diretamente com a Inglaterra.

Porém, com a restauração monárquica lusitana, fruto da Revolução de Porto, em 1820, a Família Real foi pressionada a voltar para Portugal, já que as cortes lusitanas ambicionavam pela restauração do antigo sistema colonial, ato que desagradou às elites brasileiras, que não queriam a volta do antigo *status quo*. Com isso, as elites brasileiras fizeram um grande negócio: a independência, que veio a se concretizar em 1822, legitimada pela Inglaterra, que não desejava a volta do antigo monopólio lusitano.

Tivemos que alongar esta passagem acerca da análise de Sodré em relação ao protagonismo das forças internas, no que tange a colonização e a independência, essa elite latifundiária, que geralmente tem o seu papel ofuscado pela metrópole, ou nação hegemônica, mas para Sodré, a força motriz da história social, política e econômica do Brasil sempre foram as forças internas, que estão sempre associadas a forças externas, na qual se beneficiam, a diferença e que na época colonial, as elites estavam associadas a Portugal, já no Império, as elites estão associadas a Inglaterra, e desde a República Velha, as elites estão associadas não somente com a Inglaterra, mas como também com os Estados Unidos, que desde o último decênio dos oitocentos se tornou o

¹⁶ Portugal desde o final dos setecentos se convertera para a elite colonial num “sócio incomodo”, devido ao pacto colonial, que tornava “onerosa ao consumo, pelo regime de monopólio de comercio que exercia e que crescia ao preço das mercadorias importadas, com prejuízo do consumidor colonial”, além do fato de que a “metrópole já não conseguira mais mercado para os produtos coloniais, devido ao seu debilitamento no quadro internacional” In: SODRE, N. W. *Op. cit.* p. 164 e 166.

maior mercado consumidor do café brasileiro, além de se constituir como um fornecedor alternativo de crédito, em oposição a Inglaterra que já estava a entrar em decadência.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918 os Estados Unidos substituíram a Inglaterra como principal parceiro comercial do Brasil, evidenciando no estreitamento das relações EUA-Brasil, como por exemplo, a vinda da Ford para o Brasil, em 1919, além de outras empresas daquele país. A crise de 1929, que privou o café brasileiro do seu principal mercado consumidor, enfraqueceu consideravelmente as elites que detinham o poder, impedindo-as de evitarem a série de acontecimentos no ano de 1930, que acabou conflagrando na queda da República Velha.

Mas, não foi somente o enfraquecimento do parceiro externo que impediu que as elites agrárias continuassem no poder em 1930, para que não fuja ao pensamento de Sodré, que sempre defendeu que ao estudar o Brasil, jamais devemos desprezar as forças internas como protagonistas da história do nosso país, temos que analisar o advento de uma nova ordem nos últimos decênios da República Velha, que foi fundamental para a sua queda, assim como para o surgimento do Partido Comunista Brasileiro em 1922, e conseqüentemente do enraizamento do marxismo no Brasil: a emergência da urbanização.

Para que continuamos esse *paper* em homenagem a Nelson Werneck Sodré, analisaremos o significado da emergência da urbanização, e as oposições que ela enfrentou no próximo tópico, em que depois de analisarmos brevemente o advento da teoria marxista, a sua chegada e principalmente, a sua importância para a interpretação do Brasil, podemos de fato entrar na questão central do pensamento de Sodré: a dialética entre a Modernidade e a Tradição.

A Dialética de Sodré: Modernidade vs. Tradição

No tópico anterior analisamos brevemente as elites provenientes da ordem colonial, do latifúndio, que se constituiu como classe hegemônica no Brasil, protagonizando momentos marcantes na História do Brasil, como a

Independência¹⁷ e a Proclamação da República¹⁸, ascendendo ao poder “absoluto” no Império, e mantendo-se no poder durante a República Velha.

Essas elites, provenientes do latifúndio, representam na concepção de Nelson Werneck Sodré, o Brasil agrário, o Brasil velho, em suma, a Tradição, que para Sodré, foi à grande responsável pelos rumos tomados pela Brasil ao longo de sua história, como por exemplo, a edificação do Estado brasileiro, em 1822, e conseqüentemente, assumindo a hegemonia do aparelho estatal em 1831, com a abdicação do Imperador Pedro I.

Porém, diferentemente do seu pai, D. Pedro II, governou tendo as elites ao seu lado¹⁹, conferindo-lhes títulos nobiliárquicos, conferindo assim um grande período de estabilidade ao segundo reinado, sustentado pelo advento da economia cafeeira, que suportou até mesmo o progressivo fim da escravidão, a partir de 1850.

A economia cafeeira suportou o fim da escravidão, porém a elite que sustentava o Império não, no caso as elite cafeeira do decadente Vale do Paraíba, que ao contrário das elites cafeeira do Oeste Paulista, não acompanhou a expansão do café, tendo que sustentar-se cada vez mais na escravidão, que estava em seu “canto de cisne”, e na estratégica posição que muitos barões do café daquela região ocupavam na corte imperial.

Ao contrário dos decadentes barões do Vale do Paraíba, os cafeicultores do Oeste Paulista sendo os principais beneficiários da economia cafeeira, e influenciados, segundo Sodré, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, investiram o seu capital excedente nas cidades, especialmente na cidade de São Paulo, incentivando assim o início do processo de urbanização, com o fortalecimento da atividade comercial, de pequenas empresas que viviam

¹⁷ Para Sodré, “na época da Independência, qualquer transformação dependia do apoio da classe dominante de senhores e terras de escravos. A composição social e os interesses eram outros – mas a classe dominante permanecia a mesma”. In: SODRÉ, N. W. *Op. cit.* p. 102.

¹⁸ Para Sodré, “a Republica decorre justamente da composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do que o Império era a representação característica, a lavoura nova do café”. In: SODRÉ, N. W. *Op. Cit.* p. 102

¹⁹ Enquanto que D. Pedro I reinou confiando nas elites portuguesas residentes no Rio de Janeiro, desagradando às elites brasileiras, D. Pedro II reinou contando com uma corte composta pelas elites brasileiras, enobrecendo-a com títulos.

dos excedentes do café, dando condições para o fortalecimento de uma classe tipicamente urbana: a classe média, a pequena burguesia.

Essa classe média, ao final dos oitocentos, começou a ter problemas com o Império, conforme foi evidenciado em dois episódios marcantes: a Questão Religiosa e a Questão Militar, na qual para Sodré, ambas afetaram diretamente a classe média, porque a Igreja não possuía força política no Império, sendo bastante representativa perante a classe média, assim como o Exército, que na concepção imperial, representava a “ascensão” social dos desvalidos, em outras palavras, da baixa classe media. Esses dois episódios, para Sodré, afastaram de vez a classe media do Império²⁰.

Assim como a classe média se afastara do Império, a elite cafeeira paulista também, só que por outros motivos.

Para Sodré, os cafeicultores paulistas, ao serem estimulados a recorrerem à contratação de imigrantes para obter força de trabalho para os seus cafezais, e investindo seus excedentes nas cidades, passou a não se identificar tanto assim com o Império, além do fato de que não exerciam tanta influencia na corte como os cafeicultores fluminenses, pelo contrário, os cafeicultores paulistas ambicionavam cada vez mais dominar o aparelho de Estado, para colocá-lo a seu serviço. Com isso houve uma aliança entre a classe média urbana e a elite paulista, aliança simbolizada na fundação do Partido Republicano Paulista, ao final do decênio de 1870.

Com a Abolição da Escravatura, em 1888, a Império perdeu a sua última base de sustentação, a elite fluminense, ficando isolada no poder, sendo ferida mortalmente pela Proclamação da República, em 1889, encerrando-se assim a era imperial na História do Brasil.

Nos anos iniciais da República, o Brasil foi governado pelos militares, que segundo Sodré, representava a classe média, havendo choque com a elite paulista durante os anos da República da Espada, já que a elite paulista não precisava da classe média, despejando-a do poder. O choque finalizado com a ascensão de Prudente de Moraes a presidência, representando o advento da

²⁰ SODRÉ, N. W. *Op. cit.* p. 270.

República Café-com-leite, que foi consolidada através da Política dos Governadores de Campos Sales em 1898.

Para Sodré, a Proclamação da República foi fruto da união de duas classes sociais, porém, segundo o autor, ela só foi possível graças ao apoio concedido pela elite paulista, com isso ele quis demonstrar que no Brasil não havia como realizar grandes mudanças sem o apoio da Tradição. E, logo depois do acontecimento, as duas classes racharam, Sodré mostra que a classe média urbana ficou encurralada até ceder às elites rurais, que governaram o Brasil até 1930.

Os acontecimentos de 1930 para Sodré significou muito mais do que uma simples troca de governo, significou a queda de uma velha conjuntura, em prol de uma nova, em outras palavras, significou a queda do Brasil Velho, das elites rurais, em contraposição com a ascensão da classe média urbana no poder.

A queda da elite latifundiária paulista, em 1930, representou um novo paradigma, significou a ascensão de um novo viés, comprometido com o meio interno, que via o Brasil de dentro para fora, fortalecendo o mercado interno, além de incentivar a formulação de um projeto de nação para o Brasil, ressaltando o caráter multiétnico do povo brasileiro, ou seja, essa nova visão do Brasil representou a própria emergência da Modernidade, ou da concepção nacionalista. Nas ciências sociais brasileiras, representou a emergência do pensamento social brasileiro, tendo por objetivo afirmar a maioria da Brasil frente ao colonialismo ocidental, contestando o eurocentrismo dominante nas ciências humanas, através do surgimento de um novo olhar: a do colonizado, das vítimas do processo civilizador europeu, cujo resultado é a formulação de um projeto de nação para o Brasil. Portanto, a Revolução Brasileira.

Os intelectuais que ganharam notoriedade após a Revolução de 1930, como Sodré, foram em sua maioria reconhecidos como *modernistas*, ou *nacionalistas* por denunciarem o longo processo de construção do Brasil, desde a época colonial, demonstrando a predominância do ruralismo, da escravidão, da monocultura, da economia voltada essencialmente para a exportação, em

outras palavras, da *plantation*²¹, cujo resultado foi a edificação de uma sociedade patronal, cujas elites nutrem um enorme desprezo pelas camadas populares, devido a esta última em grande parte ser oriunda da escravidão, com isso as elites se relacionam com as classes populares na ótica escravocrata, tratando os últimos como escravos, como objetos descartáveis, e não como cidadãos. Esse tratamento escravocrata em muito define as relações sociais no Brasil, que em sua maioria é marcada pela dialética *senhor/escravo*, cujas conseqüências podemos observar como as classes populares tratam a si mesma no cotidiano, marcada pelo desprezo, pela humilhação, no viés deste seguinte ditado: *não há solidariedade entre empregados*, ou melhor, *escravos*; na qual o bom tratamento só é dispensado as elites, e ao estrangeiro, por serem reconhecidos como classes senhoriais, ou patronais.

Os intelectuais ditos *modernistas* denominaram esse *status quo* da *velha ordem*, da ordem tradicional, ou Tradição a ser superada. Dentro desta conjuntura, Nelson Werneck Sodré teve uma destacada atuação como engajado teórico marxista, no campo nacionalista.

Para Sodré, a essência da Revolução Brasileira, era a emergência da concepção nacionalista, que representava a superação da condição colonial, da velha ordem, edificando assim a nova ordem, no caso, a edificação da nação brasileira, de uma comunidade brasileira, marcada pela fraternidade, pela cidadania, pela independência política, cultural e econômica, dentro do viés marxista, em outras palavras, através da concepção dialética, do choque entre os opostos cujo resultado é a edificação da nova ordem, ou melhor, do confronto entre a tese, que no caso vem a ser a modernidade (um projeto de nação, o Brasil urbano) e a antítese, que no caso vem a ser a tradição (o colonialismo, o Brasil rural), cuja síntese seria o surgimento da nação brasileira. Conforme podemos observar ao longo da conferência intitulada *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, especificamente nesta seguinte passagem:

²¹ *Plantation* é a designação proporcionada a sistemas econômicos baseados na grande propriedade rural, no caso, latifúndios, cuja produção se baseia na monocultura, voltada exclusivamente para a exportação. A *plantation* é em muitos casos utilizada para definir as economias coloniais da época moderna, assim como a de países cuja base econômica se concentra na exportação de um produto agrícola, ex: a economia de Costa Rica baseia-se em grande parte na exportação de bananas.

Ora, o que é velho e que é novo, esta fase? E velho, sem duvida, o quadro do campo, em que as relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; e velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; e velha a orientação de relegar o Estado a inércia; e velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; e velha uma norma que nos aprisiona nos moldes da fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; e velho que nos subordina a razões externas, por legítimas que sejam no exterior; e velha, particularmente, a idéia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros.

E que é novo? Nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobras é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe com que nos entrava e entorpece²².

E na defesa do nacionalismo que Sodré dedicou a sua militância intelectual, que correspondeu dialeticamente às tensões experimentadas na

²² SODRE, N. W. *Op. cit.* p. 109-110.

prática de um homem que viveu eticamente dois mundos, o civil e o militar, sem transição.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi, para Sodré, um *locus* de intensa discussão sobre a conjuntura brasileira, juntamente com intelectuais reconhecidos pelo seu caráter nacionalista, cujo objetivo era assegurar o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro, porém de forma independente do capital internacional, reconhecido como imperialista, drenando assim as reservas financeiras do país, sob forma de remessas de lucros.

Portanto, para edificar esse projeto de nação, Sodré, assim como os intelectuais isebianos, da qual fez parte, adotaram a ótica desenvolvimentista, em outras palavras, adotaram o conceito de desenvolvimento como forma de representar o “sentido de mudança, refletindo os interesses da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana”²³, cujo antagônico era a Escola Superior de Guerra (ESG), que para Sodré “representava ideologicamente, o sentido da conservação, da resistência a mudança, refletindo os interesses do imperialismo e do latifúndio, muito mais aqueles do que estes”²⁴.

Em suma, após a esta breve demonstração do dilema vivido pelos intelectuais nacionalistas naquela época, não podemos deixar de relacionar esse dilema com as tensões políticas da época, em que se confrontaram forças ditas progressistas com forças ditas conservadoras²⁵ na luta pelo poder, demonstrando assim que o período foi marcado por um intenso choque “dialético” (no sentido de polemico) entre o velho e o novo, acerca do destino do país, numa espécie de ser ou não ser uma nação.

²³ SODRE, N. W. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 532.

²⁴ *Idem*. p. 531.

²⁵ Nos decênios de 1950-60, o país assistiu a uma intensa polarização política e ideológica na política partidária, entre elementos progressistas, agrupados no PTB; e entre elementos conservadores, agrupados na UDN e no PSD, que ocasionaram uma intensa disputa pelo poder, conferindo instabilidade aos governos de Vargas (1950-54) e JK (1956-60), e principalmente ao governo Goulart (1961-64), se refletido na polarização da imprensa, em que a sua ala hegemônica, alinhada ao conservadorismo, conferiu enorme instabilidade aos governos de Vargas, contribuindo para o seu suicídio; e principalmente ao governo Goulart, contribuindo para o desencadeamento do golpe de 1964.

Sodré: um intelectual público

Neste tópico analisaremos a participação de Sodré na esfera pública, como um intelectual nacionalista e marxista engajado na defesa do projeto de nação para o Brasil elaborada pela geração modernista, da qual fez parte. Portanto, analisaremos a atuação de Sodré enquanto pensador atuante na opinião pública, assim como também as polemicas causadas pela sua obra, polemica gerada, sobretudo, devido às críticas sofridas por intelectuais acadêmicos, em sua maioria conservadores.

Sodré, em sua atividade intelectual, se notabilizou pelo caráter combativo de sua atuação, seja em seus artigos, ou em seus livros, sendo assim caracterizados pelos seus críticos como um intelectual “panfletário”²⁶, devido a sua escrita ser distanciada da forma acadêmica, de caráter científico²⁷, em prol de uma escrita de caráter ativista²⁸. Com isso Sodré foi rejeitado pela academia, por não utilizar-se da metodologia acadêmica, porém, se fizermos uma análise mais profunda, observaremos que Sodré foi duramente atacado porque para ele os conceitos de Marxismo e Nacionalismo, não eram apenas temas de pesquisas, eram questões de princípios.

Devemos ressaltar que naquela época, a academia brasileira não dispunha da força que possui atualmente, naquela época, a os grandes centros acadêmicos se situavam no Rio de Janeiro (a antiga Universidade do Brasil, a atual UFRJ), e em São Paulo (a USP), porém esses centros acadêmicos

²⁶ Sodré foi chamado de “marxista cristalizado”, “monolítico”, “esquemático”, “ortodoxo e linear” por não utilizar-se da metodologia acadêmica, podemos observar estas críticas em MOTA, C. G. *A Época de revisões radicais e aberturas teóricas (1965-1969)*. In: *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

²⁷ O modelo ideal de intelectual acadêmico que adotaremos, tem como base a concepção de Mannheim, que em seu livro intitulado *Sociologia da Cultura*, teoriza como deve ser a postura do intelectual, pautado basicamente em seu caráter de pesquisador, mantendo-se assim uma relação de neutralidade com o seu objeto de pesquisa, para não acabar se transformando no próprio objeto, se transformando num agente panfletário, perdendo assim o caráter científico da pesquisa. Essa posição de Mannheim é inspirada, sobretudo, em Weber e Kant.

²⁸ Bobbio, em livro intitulado *Intelectuais e o Poder* analisa esse caráter estritamente parcial, afirmando que intelectual ideólogo são “aqueles que fornecem princípios-guia” na qual “ação política podemos entender a ação do sujeito principal do agir político na sociedade de massa (...), tem necessidade (...), de idéias gerais sobre os objetivos a perseguir (...), a que chamei acima de “princípios” e que poderiam ser chamados de “valores”, “idéias”, ou mesmo de “concepções de mundo”. In: BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 85.

estavam ainda na sua “juventude”, produzindo a sua primeira geração de acadêmicos²⁹, que despontaria com todo o seu fulgor na década de 1970, através da consolidação de centros de pesquisa, como o CEBRAP; programas e associações nacionais de pós-graduação, como o IUPERJ, e conseqüentemente, de revistas acadêmicas, marcadas pelo alto grau de especialização.

Antes da emergência da academia no Brasil, a esfera pública era ocupada por aquilo que podemos denominar de intelectuais públicos, pessoas provenientes das chamadas profissões liberais (professores, advogados, militares, etc.) que refletiam as características da sociedade em que viviam, assim dialogando com ela no espaço público, ou melhor, nos veículos da imprensa (jornais, revistas, radio, etc.), alcançando assim o *status* de interprete da sociedade.

O intelectual público, em sua atividade, acaba demarcando a sua posição político-ideológica, porque ao falar sobre a sociedade na qual esta vivendo, ele também acaba por falar sobre si mesmo, demonstrando a sua visão de mundo, as suas utopias, confrontando com a opinião de outros intelectuais³⁰, ou até mesmo com o *status quo* do meio em que esta vivendo. Esta espécie de intelectual público, utilizando-nos de Bobbio, o intelectual ideólogo, ou melhor, o intelectual tradicional é aquele que fornece princípios-guia, valores, ideais, ou mesmo concepções de mundo para uma sociedade.

²⁹ Uma boa referencia para a discussão do assunto e o livro de Russell Jacoby, intitulado *Os Últimos Intelectuais*, na qual analisa o advento do intelectual acadêmico nos Estados Unidos, paralelamente, com o fim do intelectual público, na qual o primeiro e, sobretudo, um professor/pesquisador, cuja prioridade e o vínculo com a academia, e o bom relacionamento com os seus pares através de suas publicações em revistas especializadas, ou acadêmicas, devido a alta competitividade deste meio, além da instabilidade do vínculo com as universidades; e o segundo é, sobretudo, um ativista político, que possui um intenso relacionamento com o público leitor, vivendo, na maioria dos casos da venda de seus livros, e de realizações de conferências, esse intelectual, para Jacoby é o intelectual público, essencialmente ideológico. No Brasil, o intelectual acadêmico surgiu por volta da década de 1970, com o surgimento de centros de pesquisa acadêmicos, como o CEBRAP, e de programas de pós-graduação, como o IUPERJ, além de surgimento de diversas revistas acadêmicas, que acabou absorvendo os intelectuais, esvaziando as revistas destinadas aos intelectuais públicos, tal como a *Encontros com a Civilização Brasileira*, contribuindo para o “desaparecimento” do intelectual público, ou da sua conversão para intelectual acadêmico.

³⁰ Para Bobbio, “quando os intelectuais falam dos intelectuais estão falando, na realidade, de si próprios, mesmo se por uma curiosa duplicação de personagem acabam por falar da própria confraria, como se a ela não pertencessem”. In: BOBBIO, N. Os intelectuais e o poder. São Paulo: UNESP, 1997. p. 8.

No caso brasileiro, desde a emergência de Vargas no poder, em 1930, ou melhor, se analisarmos de forma mais profunda, desde a emergência da República, o campo das idéias no Brasil vem assistindo um profundo debate acerca da modernização social, política e econômica do Brasil, para equiparar-se as nações hegemônicas (no caso a Europa Ocidental e os Estados Unidos), principalmente o último, devido ao seu enorme desenvolvimento experimentado desde o final do século XIX, que o fez despontar como a maior potência econômica do mundo após a Primeira Guerra Mundial. Ficou constatado para os intelectuais daquela época, do início do século XX, que o intenso desenvolvimento dos Estados Unidos foi gerado pela industrialização, seguido do liberalismo existente naquela sociedade. Com isso, os intelectuais brasileiros caíram em um dilema: *como modernizar o Brasil? Como industrializá-lo? Como enfrentar uma elite agrário-exportadora? Como modernizar com uma população descendente basicamente de escravos e índios?*

Em suma, o grande dilema era esse: *Como tornar esse país plural e diversificado culturalmente em um país integrado e capaz de construir uma economia de mercado e uma sociedade liberal?*

O advento de Vargas, tal como foi exposto no tópico anterior, representou o advento de uma concepção modernizadora, ancorada no binômio urbanização/industrialização.

Com isso, podemos observar que a atuação de Sodré na esfera pública seguia os moldes dos intelectuais brasileiros modernistas: no qual a luta era para superar a condição colonial em que o Brasil estava imerso. Alcançando assim a modernidade, que era a edificação do Brasil cidadão, urbano, industrial, calcado no mercado interno, livre da atividade espoliatória das elites agrárias em associação com o capital internacional, de caráter imperialista.

Nesse afã notadamente nacionalista, Sodré construiu uma obra notadamente ideológica, cujo objetivo era estabelecer princípios gerais, concepções de mundo, ou melhor, de Brasil, e principalmente, uma obra que estivesse acessível a toda sociedade, por isso, que como escritor, Sodré utiliza uma linguagem em muito preocupada com o convencimento político, notadamente distante da metodologia científica, tão defendida pela academia. Para Sodré, o ofício de escritor é uma busca da essência da realidade, na qual

“o escritor é aquele que mantém um diálogo com o povo, que recebe dele alguma coisa e que a ele oferece alguma coisa; não aquele que guarda para si o que pensa e se fecha a influencias exteriores”³¹.

Como intelectual público, Sodré estava em muito preocupado com o seu público leitor, formado por pessoas leigas, ou melhor, não acadêmicas, então como intelectual ativista, Sodré tem como objetivo convencer a sociedade, por isso que ele prezou em muito a sua atividade de articulista, de jornalista, de comunicador, que durante 75 anos, ou seja, entre 1924 até 1999 (ano de sua morte) publicou cerca de 3.000 artigos na imprensa, ao longo do século XX, mantendo uma intensa participação na esfera pública, debatendo com o público leitor, de todas as classes sociais, porque Sodré publicou tanto em veículos progressistas, como o *Semanário*, a *Última Hora*, a *Revista Civilização Brasileira*, como também em veículos conservadores, como a *Revista Digesto Econômico*, o Estado de São Paulo, o *Correio Paulistano*.

Sodré, em sua intensa atividade intelectual, que lhe garantiu notoriedade na *intelligentsia* de sua geração, conhecida como desenvolvimentista, utilizando-se do viés teórico marxista, possuidor de uma forte ética de responsabilidade pública pelos seus atos, tomando difíceis decisões em momentos cruciais, da qual os intelectuais são submetidos. No caso de Sodré, esses momentos cruciais foram três: em 1950, durante a campanha do petróleo, quando pertencia a diretoria do Clube Militar e optou por lutar na frente nacionalista, assim caindo em “desgraça” no Exército, tendo a sua carreira militar prejudicada; segundo, na “quartelada” de 1955, em que militares queriam impedir a posse de JK, e ele se manteve ao lado da legalidade apoiando o Marechal Lott; e terceiro, quando foi desferido o golpe militar de 1964, Sodré atuou combativamente contra a ditadura que fora instaurada, através de sua intensa participação na esfera pública.

Neste *paper*, o objetivo é homenagear a postura de um intelectual combativo, militante, perante o conservadorismo, além do advento da ordem ditatorial. No caso de Sodré, observa-se que ele tomou o partido da resistência, defendendo a democracia e o nacional-desenvolvimentismo contra a ditadura,

³¹ SODRÉ, N. W. *Ofício de escritor: dialética da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 74.

contra o alinhamento ao poder e o predomínio do pensamento que não incomoda em prejuízo da postura combatente. Como aporte, considero esta passagem: “A deserção dos intelectuais, seu abandono do pensamento combativo frente à investida do poder ascendente do capital e o aprisionamento de suas idéias na redoma dos interesses do sistema demonstram o quanto à *intelligentsia* é sensível às mudanças do poder”³², por isso que temos que ter a figura de Nelson Werneck Sodré como exemplo de intelectual que amou e lutou pelo Brasil, em que pagou muito caro pelo único delito que cometera em sua vida: a de ter sido um nacionalista que, jamais traiu a causa da defesa da soberania brasileira que, jamais se submeteu a interesses estrangeiros que, jamais se colocou a serviço daqueles que querem manter o povo amordaçado e impotente que, nunca cederam   postura conformista, ao contrário de muitos intelectuais, principalmente aqueles que o criticaram

Com isso, podemos concluir que, Sodré travou um intenso debate sobre o dilema brasileiro, calcado na dialética *Tradi o/Modernidade*, como um dos mais destacados membros da *intelligentsia marxista*, contra a esfera conservadora, provocando um debate de alto nível, mas não acad mico, por se tratar de um debate público, cujo objetivo era conscientizar o povo brasileiro, para o surgimento de um novo *status quo*, o Brasil cidadão, urbano, industrial e nacionalista, em detrimento do antigo *status quo*, o Brasil escravocrata, rural, agrário-exportador associado com o capital internacional imperialista.

Bibliografia

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCO, Maria S lvia Carvalho. *O tempo das ilusões*. In: _____; CHAUI, Marilena. *Ideologia e mobiliza o popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985. P.151-209.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organiza o da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1968.

³² PETRAS, James. “Os intelectuais em retirada” In: *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 85

IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: EDUSP, 1990.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.

LUKÁCS, George. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodinei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANNHEIM, K. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MICELI, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTA, C. G. *A Época de revisões radicais e aberturas teóricas (1965-1969)*. In: *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

MOTA, Luiz Eduardo. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira (1962-1968)*. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÉCAULT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

RIDENTI, M. S. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, M. (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2008.

_____. (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC, 2001.

SODRÉ, N. W. *A Fúria de Calibã: memórias de golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

_____. *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Fundamentos do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *História da Burguesia Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *História da Literatura Brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1969.

_____. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Ofício de escritor: dialética da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Orientações do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

_____. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *“Vamos deter a traição”*. In: *Tudo é Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.